Colégio M0001 | Sala 0001 | Ordem 0001

Maio/2026

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS

Concurso Público para Provimento de Vagas de

Analista do Ministério Público – Especialidade: Administração de Redes

Nome do Candidato: Caderno de Prova '11', Tipo 004

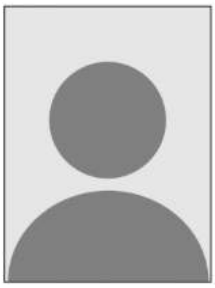
Nº de Inscrição: MODELO

Nº do Caderno: TIPO-004

Nº do Documento: 0000000000000000

ASSINATURA DO CANDIDATO

PROVA Conhecimentos Gerais
Conhecimentos Específicos



INSTRUÇÕES

Quando autorizado pelo fiscal de sala, transcreva a frase abaixo, com sua caligrafia usual, no espaço apropriado na Folha de Respostas.

Economia Verde implica uso racional dos recursos naturais e inclusão social.

- Verifique se este caderno corresponde à sua opção de cargo, se contém 60 questões numeradas de 1 a 60.
- Caso contrário, solicite imediatamente ao fiscal da sala a substituição do caderno.
- Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Leia cuidadosamente cada uma das questões e escolha a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: Ⓐ ● Ⓒ Ⓓ Ⓔ

ATENÇÃO

- Marque as respostas com caneta esferográfica de material transparente de tinta preta ou azul. Não será permitida a utilização de lápis, lapiseira, marca- textos, régua ou borracha durante a realização da prova.
- Marque apenas uma letra para cada questão. Será anulada a questão em que mais de uma letra estiver assinalada.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida nenhuma espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos, nem a utilização de livros, anotações, códigos, manuais, notas ou impressos não permitidos, máquina calculadora ou similar, nem qualquer espécie de aparelho eletrônico.
- A duração da prova é de 3 horas, para responder a todas as questões objetivas e preencher a Folha de Respostas.
- Ao terminar a prova, chame o fiscal da sala e devolva todo o material recebido para conferência.
- É proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

CONHECIMENTOS GERAIS

Língua Portuguesa

Atenção: Para responder às questões de números 1 a 8, baseie-se no texto abaixo.

Palavras de amor

Os sentimentos funcionam como picadas de mosquito, que coçamos e recoçamos até que se tornem feridas infectadas e, às vezes, septicemias fatais. Salvo um exercício difícil de autocontrole, qualquer picada pode adquirir uma relevância desmedida. A gente tende a se coçar muito além da conta porque descobre nisso um prazer autônomo.

Por isso mesmo, em geral, não confio nos sentimentos: nem nos meus, nem nos dos outros. Não é que suponho que os humanos mintam quando amam, odeiam, ou se desesperam: nada disso. Apenas verifico que os sentimentos podem ser condições autoinduzidas, transtornos ou desvios produzidos pelos próprios indivíduos que, se não procuram sarna para se coçar (como diz o ditado), no mínimo adoram coçar as sarnas que têm.

Tomemos o exemplo do amor. Eu encontro, conheço ou vislumbro de longe uma pessoa que preenche algumas condições básicas para que eu goste dela. Sussurrando entre quatro paredes ou gritando em praça pública, anotando no meu diário ou escrevendo para grandes editoras, passo a encher o ar ou as páginas com as descrições da beleza inigualável da pessoa amada e com as declarações hiperbólicas do meu sentimento.

Claro, minha prosa ou minha poesia poderão, quem sabe, conquistar o meu objeto de amor, mas esse é um efeito colateral. O efeito mais importante de minhas palavras de amor não é tanto o de seduzir o objeto dos meus sonhos, mas o de eu me apaixonar cada vez mais. Pois a intensidade do meu amor será diretamente proporcional à insistência e à virulência das minhas declarações.

Em linguística chamamos ***performativas*** *aquelas expressões que, ao serem proferidas, constituem o fato do qual elas falam. Exemplo clássico: um chefe de Estado dizendo "Declaro a guerra": essa frase é a própria declaração de guerra. Algo semelhante ocorre com o amor: a gente aprende a amar e a declarar o amor pelas palavras dos escritores, o amor se torna relevante em nossa vida à força de ser idealizado pela literatura. Sim, os tempos mudam, e talvez se afirme hoje, aos poucos, uma retórica nova, menos sentimental, capaz de dar valor literário a uma vida sem amores e paixões.*

(Adaptado de CALLIGARIS, Contardo. **Aproveitar a vida e suas dores**. São Paulo: Planeta do Brasil, 2025, p. 155-157)

1. A forma verbal no **plural** é rigorosamente justificável em:
   (A) Costumam derivar das declarações de amor exagerados o efeito colateral da intensificação real de uma paixão.
   (B) Atribuem-se à idealização da literatura os hábitos persistentes de uma declaração de amor romântica.
   (C) A progressão das coceiras em picadas de mosquitos devem-se à nosso própria insistência em coçar.
   (D) Não nos cabem tratar nossos sentimentos como picadas de mosquitos que tanto estimamos coçarem.
   (E) Não satisfazem as condições básicas de um amor verdadeiro o talento natural de declará-lo com bom estilo.

2. No que diz respeito à intensidade dos nossos sentimentos, ocorre uma *relevância desmedida* quando
   (A) eles identificam com exatidão a identidade dos sujeitos que passam a dominar.
   (B) eles produzem efeitos colaterais que acabam por revelar suas falsas intenções.
   (C) as palavras que os exprimem passam a corresponder à sua legítima natureza.
   (D) eles são autoinduzidos a se alçarem a um patamar superior ao que lhes é próprio.
   (E) nossas paixões mais íntimas afloram para alcançarem um êxtase real e insuperável.

3. Uma declaração de amor será considerada, linguisticamente, **performativa,**
   (A) se seus efeitos afetivos secundários de súbito se tornarem seus efeitos principais.
   (B) se seu desempenho estético se mostrar superior à intensidade real desse sentimento.
   (C) no caso de o sujeito valer-se de um batido expediente verbal como "não tenho palavras".
   (D) quando a literatura nos inspira para que nossas palavras soem como se fossem de amor.
   (E) quando uma proposição verbal aciona a realização efetiva da paixão declarada.

4. *Pois a intensidade do meu amor será diretamente proporcional à insistência e à virulência das minhas declarações.* (4º parágrafo)

   Uma compreensão adequada do que afirma o período acima está na seguinte formulação:
   (A) À medida que sustento minha paixão, arrefeço o ardor de minhas declarações.
   (B) Do meu amor desmedido brotam palavras que não lhe fazem inteira justiça.
   (C) Meu amor se revela mais intenso quanto mais energizo a forma com que o declaro.
   (D) Minhas declarações de amor derivam, por vezes, da intensidade do meu sentimento.
   (E) Mais eu me apaixono, mais eu relativizo a virulência das minhas declarações.

5. Considerando-se o contexto, traduz-se adequadamente o sentido de um segmento do texto em:
   (A) *virulência das minhas declarações* (4º parágrafo) = contaminação das confissões minhas.
   (B) *à força de ser idealizado* (5º parágrafo) = mediante o peso de uma ideologia.
   (C) *adquirir uma relevância desmedida* (1º parágrafo) = ganhar uma importância desmesurada.
   (D) *podem ser condições autoinduzidas* (2º parágrafo) = se condicionem automaticamente.
   (E) *declarações hiperbólicas do meu sentimento* (3º parágrafo) = laudos bizarros do meu afeto.

6. *o amor se torna relevante em nossa vida à força de ser idealizado pela literatura.*

Sem prejuízo para o sentido do período acima, a oração sublinhada pode ser substituída por esta:

(A) idealizando-se pelo confronto literário.
(B) graças à idealização de sua literatura.
(C) sendo forçoso que venha a idealizar a literatura.
(D) por força da literatura por ele idealizado.
(E) pela determinação da literatura que o idealiza.

7. A expressão "procurar sarna para se coçar" constitui, em linguagem figurada, um sentido equivalente ao da expressão em linguagem denotativa:

(A) "envolver-se num prazer desconhecido".
(B) "deixar-se levar pela força do acaso".
(C) "ir de encontro a um desafio inevitável".
(D) "atrair para si um incômodo desnecessário".
(E) "desfrutar de uma circunstância aleatória".

8. Está correto o emprego do elemento sublinhado na frase:

(A) Há incômodos em cuja busca nos lançamos, por mais irracional que isso seja.
(B) O ato de coçar uma picada de mosquito é uma operação para a qual se inclui algum prazer.
(C) A tradição literária é um campo retórico em que recorrem os namorados românticos.
(D) Os sentimentos mais intensos dos quais nos entregamos nem sempre são justificáveis.
(E) Uma declaração de guerra começa com palavras aonde nelas já se corporifica a violência.

Atenção: Para responder às questões de números 9 a 14, baseie-se no texto abaixo.

Um inseto sentimental

A primeira frase da crônica é quase sempre a mais difícil, mas quando as palavras aparecem no papel, a mão que segura a caneta fica mais leve e envereda para um lugar desconhecido...

No entanto, basta surgir um inseto para mudar toda a história: o movimento da mão é interrompido pelo intruso, que voa em círculos e zoa com insistência. Uma picada no pescoço ou no braço pode acabar com a alegria de escrever uma crônica, mesmo sabendo que vou reescrevê-la mais tarde. Deixo a caneta na mesa, pego ao acaso uma revista e tento afugentar o intruso. Não há mais silêncio, já me desconcentrou, apagou a ideia luminosa da crônica que nasceria.

Apago a lâmpada: talvez ele se acalme na penumbra. O voo lento pode ser uma trégua e, pensando bem, o inseto não é tão ameaçador assim. De repente, um voo rápido em espiral, e a três palmos ele se equilibra no ar, helicóptero perfeito. Uns segundos depois, navega na horizontal e se refugia numa caixa de papelão.

Acendo a lâmpada, me aproximo da caixa e vejo meu ex-inimigo no centro de uma fotografia antiga. Repousa no rosto de uma mulher ainda jovem, que sorri para a lente do fotógrafo. Pego com cuidado a foto, saio do quarto e o inseto some na tarde morna. Minha mãe me abraça numa manhã de 1960: nós dois aninhados no banco da praça da Matriz, aonde ela levara seu menino para ver o aviário e conversar com os pássaros. Devo essa lembrança ao inseto estranho e sentimental, que me roubou a ideia de uma crônica, mas me deu outra. Agora, quando já escurece, é pegar a caneta e escrever a primeira frase, quase sempre a mais difícil.

(Adaptado de HATOUM, Milton. **Um solitário à espreita**. São Paulo: Companhia das Letras, 2013, p. 11-12)

9. Entre os recursos da elaboração deste texto, pode-se afirmar que

(A) a afirmação *a caneta fica mais leve e envereda para um lugar desconhecido* (1º parágrafo) constitui uma **personificação**.
(B) a expressão *Agora* (...) *é pegar a caneta* (4º parágrafo) considera uma providência **hipotética** a ser tomada.
(C) as expressões *rosto de uma mulher* e *seu menino* acabam por tornar **ambíguas** as identidades dessas personagens.
(D) na oração *já me desconcentrou* (2º parágrafo) o termo que está subentendido como **sujeito** é "silêncio".
(E) a hipótese manifesta em *pode ser uma trégua* é logo **contraditada** pela constatação *não é tão ameaçador assim* (3º parágrafo).

10. A aparição de um inseto teve como consequência, para o cronista,

(A) o acionamento de um dispositivo de memórias que ele preferia não mais reavivar.
(B) uma relevância inimaginável, antes de ele poder retomar sua tarefa de escritor.
(C) a conversão num outro gênero literário da crônica que estava pronto para escrever.
(D) uma revolta que só fez crescer ao longo do tempo.
(E) a oportunidade de praticar uma experimentação literária de caráter surrealista.

11. Todas as formas verbais estão corretamente flexionadas na frase:

(A) A menos que sobrevenhe um sério imprevisto, toda manhã escrevo uma crônica.
(B) Deteram-se eles numa rigorosa análise do texto e suprimiram os equívocos.
(C) Se o inseto não tivesse intervido eu não poderia ter escrito esta crônica.
(D) O editor não quererá acolher esta crônica se eu não revir os deslizes todos.
(E) Um simples inseto não constitue, como se viu, um obstáculo que não se transponha.

12. *A primeira frase da crônica é quase sempre a mais difícil, mas quando as palavras aparecem no papel, a mão que segura a caneta fica mais leve* (...).

No enunciado acima, o segmento sublinhado tem como equivalência de sentido

(A) contudo se aparecem as palavras
(B) de sorte que as palavras aparecem
(C) muito embora apareçam as palavras
(D) desde que as palavras aparecem
(E) haja vista as palavras aparecerem

13. É plenamente adequada a correlação entre os tempos e modos verbais na frase

(A) Tão logo passou a voar pela sala, o inseto teria revelado imagens que o autor deu como perdidas.
(B) Não fosse o inseto sentimental, o cronista terá podido escrever uma bela crônica, mas não esta a que desse forma.
(C) Ainda que não houvesse aquele transtorno, haverei de ter dificuldade com o início da crônica.
(D) O inseto tornava-se meu ex-inimigo à medida que ia desvendando coisas de que eu já me esquecera.
(E) Presume-se que cada escritor venha a encontrar em seu ofício desafios que não lograsse vencer.

14. A supressão da vírgula altera sobremaneira o sentido da frase:

(A) Com a passagem do tempo, deixei de considerá-lo um inimigo meu.
(B) Sempre estimei as crônicas, que nos fazem próximos da poesia do cotidiano.
(C) Desde que passei a escrever, dedico boa parte do meu tempo às crônicas.
(D) Como que surgindo do nada, um inseto acabou pousando em meu braço.
(E) Quando conferi melhor as imagens do retrato, dei com uma foto antiga de minha mãe.

Atenção: Para responder às questões de números 15 a 20, baseie-se no texto abaixo.

Procurar o quê*

O que a gente procura muito e sempre não é isto nem aquilo. É outra coisa.

Se me perguntam que coisa é essa, não respondo, porque não é da conta de ninguém o que estou procurando.

Mesmo que quisesse responder, eu não podia. Não sei o que procuro. Deve ser por isso mesmo que procuro.

Me chamam de bobo porque vivo olhando aqui e ali, nos ninhos, nos caramujos, nas panelas, nas folhas de bananeira, nas gretas do muro, nos espaços vazios.

Até agora não encontrei nada. Ou encontrei coisas que não eram a coisa procurada sem saber, e desejada.

Meu irmão diz que não tenho mesmo jeito, porque não sinto o prazer dos outros na água do açude, na comida, na manja, e procuro inventar um prazer que ninguém sentiu ainda.

Ele tem experiência de mato e de cidade, sabe explorar os mundos, as horas. Eu tropeço no possível e não desisto de fazer a descoberta do que tem dentro da casca do impossível.

Um dia descubro. Vai ser fácil, existente, de pegar na mão e sentir. Não sei o que é. Não imagino forma, cor, tamanho. Nesse dia vou rir de todos.

Ou não. A coisa que me espera, não poderei mostrar a ninguém. Há de ser invisível para todo mundo, menos para mim, que de tanto procurar fiquei com merecimento de achar e direito de esconder.

* Este poema em prosa é de Carlos Drummond de Andrade, e consta do livro **Esquecer para lembrar**, no qual o poeta se dedica a recordar experiências marcantes de sua infância. Rio de Janeiro: José Olympio, 1979, p. 43.

15. Para o poeta, a ação de procurar

(A) é representada como sua busca permanente de algo tão essencial quanto indeterminado.
(B) faz ver que a desesperança de encontrar o que ele busca afrouxa seus movimentos.
(C) ocorre com tão precisa determinação que não há incerteza quanto ao sucesso dela.
(D) se revela como o movimento efêmero e caprichoso de um jogo sem claro objetivo.
(E) se apresenta como uma investigação sua voltada a cada dia para um singular objeto.

16. O menino mantém sua busca em alta intensidade, não acatando as sugestões dos companheiros.

Transpondo a frase acima para a voz passiva, seus verbos assumem as seguintes formas:

(A) seria mantida – não mais as acataria
(B) é mantida – não sendo acatadas
(C) sendo mantida – sem mais as acatar
(D) tem mantido – não tendo acatado
(E) estará mantendo – deixando de acatar

17. Na relação que o menino mantém com um irmão e outros observadores de sua conduta,

(A) fica claro que ele se sente menos aquinhoado pelo prazer de viver, quando se compara com seus alegres companheiros.
(B) parece-lhe natural que os demais meninos se sintam moralmente inferiores a alguém que vive a desafiar os enigmas.
(C) fica evidente a estranheza que todos sentem por ele se dedicar a uma obsessão que consideram tola e inexplicável.
(D) ele considera não ver sentido algum nas atividades a que se dedicam todos os seus companheiros de infância.
(E) ele acredita que apenas seu irmão seja capaz de equiparar o prazer das atividades físicas com o de uma busca obsessiva.

18. No contexto do poema, ao afirmar que *de tanto procurar fiquei com merecimento de achar e direito de esconder*, o menino deixa claro

(A) o seu mérito de poder esconder algo que não era afinal seu objeto de busca.
(B) seu prazer em adiar um compartilhamento que dará tanta satisfação a todos.
(C) haver por fim encontrado o que buscou, triunfando agora sobre quem o censurara.
(D) estar conformado com a impossibilidade de reconhecer a forma do que buscava.
(E) estar certo do mérito da busca incansável e do alto valor do que possa vir a encontrar.

19. As normas de concordância verbal estão plenamente observadas na frase:

(A) Faltava a todos os locais e cantos pesquisados a surpresa que o menino teria caso desse ali pelo que buscava.
(B) Há coisas que a ninguém importariam não encontrar, dada a pouca importância que ganham em sua busca.
(C) A quem poderia espantar buscas tão incompreensivas, senão aos meninos que cultivam os prazeres físicos da infância?
(D) São nas insistências pessoais que se delineia a personalidade dos meninos obcecados e dos poetas renitentes.
(E) Juntam-se aos prazeres do menino em sua busca obsessiva a satisfação de uma possível vingança final.

20. *Se me perguntam que coisa é essa, não respondo, porque não é da conta de ninguém*

A frase acima conservará seu sentido e sua correção caso se substituam os elementos sublinhados, na ordem dada, por

(A) Mesmo que me perguntem – conquanto pouco lhes dirá
(B) Ainda que perguntem – a fim de não lhes dar satisfação
(C) Caso me perguntem – porquanto a ninguém diz respeito
(D) Uma vez ao perguntarem – desde que a ninguém lhe compete
(E) Dado que me perguntem – em vista de não o interessar

Noções de Legislação

21. Em conformidade com a Lei Orgânica do Ministério Público do Estado de Alagoas (Lei Complementar nº 15/1996), o Conselho Superior do Ministério Público é composto pelo Procurador-Geral de Justiça,

(A) pelo Corregedor-Geral do Ministério Público, que o preside, ambos como membros natos, e por nove Procuradores de Justiça, eleitos pelo Conselho Superior do Ministério Público, com os seus respectivos suplentes, também Procuradores de Justiça.

(B) que o preside, pelo Corregedor-Geral do Ministério Público, ambos como membros natos, e por cinco Procuradores de Justiça, eleitos pelos integrantes da carreira, com os seus respectivos suplentes, também Procuradores de Justiça.

(C) que o preside, pelo Corregedor-Geral do Ministério Público, ambos como membros natos, e por nove Procuradores de Justiça, eleitos pelo Conselho Superior do Ministério Público, com os seus respectivos suplentes, também Procuradores de Justiça.

(D) pelo Corregedor-Geral do Ministério Público, que o preside, ambos como membros natos, e por cinco Procuradores de Justiça, eleitos pelos integrantes da carreira, com os seus respectivos suplentes, também Procuradores de Justiça.

(E) pelo Corregedor-Geral do Ministério Público, que o preside, ambos como membros natos, e por nove Procuradores de Justiça, eleitos pelos integrantes da carreira, com os seus respectivos suplentes, também Procuradores de Justiça.

22. Considere as situações dos seguintes servidores públicos estáveis:

I. Gabriela sofreu limitação em sua capacidade física, verificada em inspeção médico-oficial, e foi investida em cargo de atribuições e responsabilidades compatíveis com a referida limitação.

II. Tatiana foi aposentada por invalidez, porém, por terem sido declarados insubsistentes os motivos da sua aposentadoria por junta médica oficial, retornou à atividade.

III. Lenara foi demitida, contudo, por ter sido a sua demissão invalidada por decisão judicial, ela foi reinvestida no cargo anteriormente ocupado.

Em conformidade com o Regime Jurídico Único dos Servidores Civis do Estado de Alagoas, das Autarquias e das Fundações Públicas Estaduais (Lei nº 5.247/1991), as situações supramencionadas correspondem, respectivamente, a

(A) readaptação, reintegração e reversão.
(B) readaptação, reversão e reintegração.
(C) reintegração, readaptação e reversão.
(D) reintegração, reversão e readaptação.
(E) reversão, readaptação e reintegração.

23. Em conformidade com a Lei Orgânica do Ministério Público do Estado de Alagoas (Lei Complementar nº 15/1996), considere:

I. É o órgão orientador e fiscalizador das atividades funcionais e da conduta dos membros do Ministério Público.

II. Compete a ele, como órgão de Administração Superior, dentre outras atribuições, decidir sobre vitaliciamento de membros do Ministério Público.

III. Compete a ele, dentre outras atribuições, julgar recurso contra decisão condenatória em procedimento administrativo disciplinar.

Os itens I, II e III referem-se, respectivamente, aos seguintes órgãos:

(A) Corregedoria Geral do Ministério Público, Colégio de Procuradores de Justiça e Conselho Superior do Ministério Público.
(B) Conselho Superior do Ministério Público, Colégio de Procuradores de Justiça e Corregedoria Geral do Ministério Público.
(C) Corregedoria Geral do Ministério Público, Conselho Superior do Ministério Público e Colégio de Procuradores de Justiça.
(D) Colégio de Procuradores de Justiça, Conselho Superior do Ministério Público e Corregedoria Geral do Ministério Público.
(E) Conselho Superior do Ministério Público, Corregedoria Geral do Ministério Público e Colégio de Procuradores de Justiça.

24. Em conformidade com a Lei Orgânica do Ministério Público do Estado de Alagoas (Lei Complementar nº 15/1996), o procedimento de impugnação do vitaliciamento de Promotor de Justiça em estágio probatório será instaurado e processado

(A) pelo Conselho Superior do Ministério Público, cabendo recurso das suas decisões à Corregedoria Geral do Ministério Público, que as confirmará ou não, no prazo de quinze dias a contar do recebimento dos autos.

(B) pela Corregedoria Geral do Ministério Público, cabendo recurso das suas decisões ao Colégio de Procuradores de Justiça, que as confirmará ou não, no prazo de quinze dias a contar do recebimento dos autos.

(C) pelo Conselho Superior do Ministério Público, cabendo recurso das suas decisões ao Colégio de Procuradores de Justiça, que as confirmará ou não, no prazo de trinta dias a contar do recebimento dos autos.

(D) pela Corregedoria Geral do Ministério Público, cabendo recurso das suas decisões ao Conselho Superior do Ministério Público, que as confirmará ou não, no prazo de trinta dias a contar do recebimento dos autos.

(E) pelo Colégio de Procuradores de Justiça, cabendo recurso das suas decisões ao Conselho Superior do Ministério Público, que as confirmará ou não, no prazo de quinze dias a contar do recebimento dos autos.

25. No que concerne ao capítulo que trata das promoções e remoções na carreira do Ministério Público, em conformidade com a Lei Orgânica do Ministério Público do Estado de Alagoas (Lei Complementar nº 15/1996),

(A) as remoções dar-se-ão na mesma entrância ou categoria, podendo ser compulsórias, por interesse público e conveniência do serviço, e voluntárias, por antiguidade, merecimento ou permuta.

(B) o membro do Ministério Público da Comarca cuja entrância for elevada deixará de exercer, ali, as suas funções, mas, quando promovido, ressalvada a conveniência do serviço, nela continuará lotado, se o requerer no prazo de trinta dias.

(C) é proibida a permuta quando um dos interessados tenha mais de sessenta anos de idade, ou seja, o mais antigo na entrância, ou categoria, que possua mais de vinte e cinco anos de serviço.

(D) para a permuta e a remoção a pedido exige-se pelo menos três anos de efetivo exercício do cargo, excetuada, quanto à remoção, a hipótese de nenhum dos interessados preencher esse requisito.

(E) a remoção por permuta depende de pedido conjunto dos pretendentes, só pode ser renovada depois de cinco anos e confere direito a ajuda de custo.

26. Em conformidade com o Regime Jurídico Único dos Servidores Civis do Estado de Alagoas, das Autarquias e das Fundações Públicas Estaduais (Lei nº 5.247/1991), às pessoas portadoras de deficiência é assegurado o direito de inscrição a concurso público para provimento de cargo cujas atribuições estejam aptas a exercer, sendo-lhes reservadas até

(A) 5% das vagas oferecidas, sendo de 60 dias o prazo para o servidor entrar em exercício, contados da data da nomeação.
(B) 15% das vagas oferecidas, sendo de 60 dias o prazo para o servidor entrar em exercício, contados da data da nomeação.
(C) 15% das vagas oferecidas, sendo de 30 dias o prazo para o servidor entrar em exercício, contados da data da posse.
(D) 20% das vagas oferecidas, sendo de 30 dias o prazo para o servidor entrar em exercício, contados da data da posse.
(E) 5% das vagas oferecidas, sendo de 30 dias o prazo para o servidor entrar em exercício, contados da data da posse.

27. Em conformidade com o Regime Jurídico Único dos Servidores Civis do Estado de Alagoas, das Autarquias e das Fundações Públicas Estaduais (Lei nº 5.247/1991), considere:

I. A redistribuição dar-se-á exclusivamente para ajustamento de quadro de pessoal às necessidades dos serviços, exceto nos casos de reorganização de órgãos ou entidades.

II. Dar-se-á a remoção, a pedido, para outra localidade, independentemente de vaga, para acompanhar cônjuge ou companheiro ou dependente enfermo, condicionada à comprovação, por junta médica, da indispensabilidade da providência.

III. É vedada, em qualquer hipótese, a consignação em folha de pagamento de servidor público a favor de terceiros.

Está correto o que se afirma em

(A) I e III, apenas.
(B) I e II, apenas.
(C) I, II e III.
(D) II, apenas.
(E) II e III, apenas.

28. Bento é servidor público ocupante de cargo efetivo há 1 ano. Considerando somente as informações fornecidas, em conformidade com o Regime Jurídico Único dos Servidores Civis do Estado de Alagoas, das Autarquias e das Fundações Públicas Estaduais (Lei nº 5.247/1991), a exoneração de Bento dar-se-á

(A) apenas por falta de exação no exercício de suas atribuições, segundo o resultado do processo de avaliação, conforme estabelecido em lei e regulamento, e, exonerado, não perceberá nenhum tipo de gratificação.

(B) a pedido dele, ou ainda de ofício, neste caso se resultar apurada, em estágio probatório, sua inaptidão ao exercício do cargo e, exonerado, não perceberá nenhum tipo de gratificação.

(C) a juízo da autoridade competente, apenas, e, exonerado, não perceberá nenhum tipo de gratificação.

(D) a juízo da autoridade competente, apenas, e, exonerado, perceberá sua gratificação natalina, proporcionalmente aos meses de exercícios, calculada sobre a remuneração do mês da exoneração.

(E) a pedido dele, ou ainda de ofício, neste caso se resultar apurada, em estágio probatório, sua inaptidão ao exercício do cargo e, exonerado, perceberá sua gratificação natalina, proporcionalmente aos meses de exercícios, calculada sobre a remuneração do mês da exoneração.

29. Em conformidade com a lei que dispõe sobre a organização administrativa do Ministério Público do Estado de Alagoas (Lei nº 6.306/2002), são órgãos de administração superior

(A) os Centros de Apoio Operacional, o Centro de Formação e Aperfeiçoamento Funcional, a Comissão de Concurso, a Coordenação de Estágios e as unidades de apoio técnico e administrativo.

(B) a Procuradoria-Geral de Justiça, o Colégio de Procuradores de Justiça, o Conselho Superior do Ministério Público e a Corregedoria-Geral do Ministério Público.

(C) o Colégio de Procuradores de Justiça, o Conselho Superior do Ministério Público e as Promotorias de Justiça.

(D) as Procuradorias de Justiça e as Promotorias de Justiça.

(E) o Gabinete do Procurador-Geral de Justiça, o Colégio de Procuradores de Justiça, o Conselho Superior do Ministério Público, os Procuradores de Justiça e os Promotores de Justiça.

30. Em conformidade com a lei que dispõe sobre a organização administrativa do Ministério Público do Estado de Alagoas (Lei nº 6.306/2002),

(A) a Chefia de Gabinete do Procurador-Geral de Justiça é órgão de assessoramento do Procurador-Geral, no tocante à superintendência administrativa que a ele compete, e será dirigida por profissional com formação de nível superior, nomeado pelo Conselho Superior do Ministério Público, de livre escolha e designação pelo Governador do Estado.

(B) a Assessoria de Gabinete é unidade de assessoramento imediato do Procurador-Geral de Justiça, relativamente às funções do gabinete deste, e compõe-se de dez auxiliares nomeados pelo Conselho Superior do Ministério Público.

(C) caberá à Coordenação de Estágios organizar, orientar, dirigir e supervisionar os estágios remunerados ofertados pelo Ministério Público, por período nunca superior a três anos, a universitários matriculados nos três últimos anos do Curso de Direito.

(D) à Comissão de Concurso cumpre a seleção de candidatos ao ingresso na carreira do Ministério Público, sendo escolhida pelo Procurador-Geral de Justiça dentre os Procuradores de Justiça, assegurada a participação da Ordem dos Advogados do Brasil na sua composição.

(E) o Centro de Formação e Aperfeiçoamento Funcional é uma unidade de instrução submetida à regulamentação pelo Conselho Superior do Ministério Público, responsável pela realização de cursos de aperfeiçoamento funcional e outras atividades afins, objetivando o aprimoramento profissional e cultural dos membros do Ministério Público, de seus auxiliares e funcionários.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

31. Um setor responsável por serviços digitais ao cidadão, após a avaliação de riscos, identificou um risco de indisponibilidade do portal institucional por ataques distribuídos com impacto na continuidade do serviço público e necessita selecionar a opção de tratamento antes da determinação dos controles específicos. Nesse cenário, conforme a ABNT NBR ISO/IEC 27005:2023, a decisão que caracteriza a opção de compartilhamento de risco é

(A) manter o risco identificado mediante decisão formal fundamentada e compartilhada por diferentes setores internos, após análise dos custos esperados de implementação das opções de tratamento disponíveis.

(B) delegar a execução operacional dos controles técnicos a outro ente da administração pública, mantendo a responsabilidade sobre os impactos decorrentes do incidente e a gestão das consequências associadas ao evento.

(C) estabelecer acordo formal com terceiro para assumir parte das consequências do incidente, mantendo controles internos destinados a influenciar a probabilidade ou a gravidade do evento.

(D) implementar controles técnicos capazes de reduzir a probabilidade de ocorrência do ataque distribuído e relatar às autoridades competentes, ajustando o nível de risco ao critério de aceitação definido pelo órgão.

(E) suspender temporariamente a disponibilização do serviço digital afetado, interrompendo a atividade que origina o risco identificado no processo de avaliação, compartilhando os efeitos da ação entre o órgão e os usuários.

---

32. Uma Assembleia Legislativa opera uma plataforma própria, com equipe interna responsável por desenvolvimento, administração de banco de dados e gestão de acessos via RBAC corporativo. Em auditoria interna, identificou-se que um mesmo colaborador pode solicitar, aprovar e implementar alterações em produção, além de conceder privilégios de acesso a si próprio. Considerando as orientações previstas na ABNT NBR ISO/IEC 27002:2022, a medida de controle mais adequada, nesse caso, é a

(A) centralização das aprovações de mudança na equipe de desenvolvimento, mantendo a execução técnica no mesmo grupo e delegação da concessão de privilégios de acesso à equipe de segurança da informação.

(B) implementação de trilhas de auditoria como mecanismo primário para mitigar a concentração de responsabilidades críticas, de forma a antecipar a identificação de inconsistências de segregação de funções.

(C) concessão de privilégios administrativos temporários ao desenvolvedor responsável pela mudança, condicionada à justificativa documentada em ferramenta de *Service Catalog Management* (SCM).

(D) manutenção da capacidade de implementar mudanças pelo profissional que as solicita, outorgando a concessão de privilégios ao gestor de projetos.

(E) separação formal das funções de solicitação, aprovação e implementação de mudanças entre indivíduos distintos, com revisão periódica de conflitos de papéis.

---

33. Considerando um órgão governamental responsável por sistemas críticos de arrecadação tributária, sujeito a auditorias do Tribunal de Contas e a investigações administrativas decorrentes de incidentes de segurança da informação, e diante da necessidade de garantir integridade, rastreabilidade e admissibilidade jurídica das informações obtidas após eventos de segurança, de acordo com os controles organizacionais presentes no anexo A da norma ABNT NBR ISO/IEC 27001:2022, o procedimento organizacional que atende corretamente ao requisito normativo é a

(A) formalização de fluxo organizacional para comunicação interna e externa de incidentes às autoridades competentes e partes interessadas.

(B) institucionalização de procedimentos formais para identificação, coleta, aquisição e preservação de evidências relacionadas a eventos de segurança da informação.

(C) adoção de metodologia padronizada para análise técnica das causas-raiz dos incidentes identificados nos ambientes corporativos.

(D) definição de procedimentos documentados para registro de incidentes, incluindo classificação, impacto e ações corretivas aplicadas pelas equipes responsáveis.

(E) implementação de processos estruturados para retenção e armazenamento de registros de auditoria extraídos dos sistemas afetados pelo incidente.

---

34. Um órgão público estadual implementou um portal de serviços digitais que exige autenticação forte e coleta de dados pessoais para emissão de documentos oficiais. Parte dos serviços utiliza o consentimento como base legal. Considerando as orientações da ABNT NBR ISO/IEC 27701 sobre obtenção e registro do consentimento e a necessidade de demonstrar conformidade regulatória, a prática que atende de forma completa e correta ao requisito apresentado é

(A) consolidar os registros de consentimento em repositório central de governança estruturado para permitir rastreabilidade por titular e por finalidade declarada.

(B) documentar processo que permita demonstrar quando e como o consentimento foi obtido, mantendo registros que detalham, mediante solicitação, a data do fornecimento, a identificação do titular e a declaração de consentimento.

(C) considerar válido o consentimento manifestado durante o cadastro eletrônico, registrando o evento de aceite vinculado à conta do usuário.

(D) manter histórico dos registros de aceite associados às finalidades vigentes à época da coleta, com atualização documental quando houver alteração de finalidade.

(E) registrar evidências do consentimento fornecido, incluindo data e hora, identificação do agente público e do titular de dados pessoais, dados de auditoria, quando pertinente, e a declaração de consentimento apresentada no momento da coleta.

35. Considere um Ministério Público Estadual em que promotores e servidores acessam o mesmo banco de dados SQL Server, e cada usuário deve utilizar apenas procedimentos do seu órgão de execução, mantendo as restrições aplicadas a nível de banco de dados. A parametrização mais adequada ao requisito apresentado é

(A) implementar *Row-Level Security* com função *inline* `TVF WITH SCHEMABINDING` e associá-la por `CREATE SECURITY POLICY` como `FILTER PREDICATE` com o `STATE = ON`.

(B) criar sinônimos (`SYNONYM`) por órgão apontando para tabelas distintas e controlar acesso por esquema.

(C) aplicar `GRANT/REVOKE` por tabela e criar múltiplas *views* por órgão, delegando o acesso às *views* correspondentes.

(D) habilitar *Transparent Data Encryption* (TDE) e separar usuários por *roles*, isolando o acesso por criptografia.

(E) usar *Dynamic Data Masking* nas colunas sensíveis e manter o filtro por órgão na camada de aplicação.

---

36. Um Ministério Público Estadual publica sistemas processuais internos através do Apache HTTP Server em ambiente Linux, com exigência de autenticação mútua TLS para membros e servidores, usa autoridade certificadora própria e necessita restringir o acesso por Unidade Organizacional (OU) presente no certificado digital do cliente. Nesse cenário, a configuração adequada para o servidor é

(A) habilitar `SSLVerifyClient require` e utilizar `SSLRequire` para validar a OU do certificado cliente por meio da variável `SSL_CLIENT_S_DN_OU`.

(B) habilitar `SSLStaplingCache` e validar a Unidade Organizacional por meio de utilização da regra `RewriteCond` baseada no uso do endereço IP.

(C) configurar `SSLProtocol all -SSLv3` e aplicar validação da Unidade Organizacional por meio de `SetEnvIf User-Agent`.

(D) configurar `SSLProxyEngine on` e validar a Unidade Organizacional do certificado cliente por meio de regras em `ProxyPassReverse`.

(E) definir `SSLOptions + StdEnvironmentVars` e utilizar diretivas Require express para verificar a Unidade Organizacional do certificado cliente com base na variável `HTTPS_CLIENT_S_DN`.

---

37. Considerando que um Ministério Público Estadual utiliza o *Internet Information Services* (IIS) para publicação de aplicação ASP.NET, exigindo segregação de aplicações com diferentes níveis de confiança e isolamento de memória entre sistemas institucionais, a configuração que atende corretamente ao requisito apresentado é

(A) ajustar `maxRequestLength` no `server.config`, de acordo com a quantidade de memória disponível.

(B) configurar *logging* avançado no IIS *Manager* para isolamento da memória e detalhamento da depuração.

(C) configurar *Application Request Routing* (ARR) para balanceamento interno e otimização os processos.

(D) habilitar HTTP/2 no *binding* HTTPS do site para requerer certificados válidos e aptos para executar aplicações.

(E) criar *Application Pools* distintos com identidades dedicadas e isolamento por processo.

---

38. Em um banco de dados, há uma tabela com centenas de milhões de registros de movimentações processuais. Consultas frequentes filtram por intervalo de datas representado pela coluna `data_movimentacao` e número do processo representado pela coluna `numero_processo`, exigindo desempenho previsível e manutenção simplificada ao longo dos anos. Considerando o volume crescente de dados e a necessidade de otimizar consultas por período, a estratégia do PostgreSQL que atende ao requisito apresentado é a

(A) criação de índice GIN sobre `numero_processo`, atendendo otimizações aos tipos não compostos.

(B) criação de índices B-Tree compostos nas colunas `data_movimentacao` e `numero_processo`.

(C) reindexação periódica automática via `VACUUM FULL` na configuração do *schema*.

(D) implementação de particionamento declarativo por faixa de `data_movimentacao`.

(E) utilização de índice *hash* na coluna `data_movimentacao`, para a finalidade de consultas por intervalo.

39. Considere o ambiente de *datacenter* de um Ministério Público Estadual, que hospeda sistemas processuais em máquinas virtuais com banco de dados relacional e armazenamento *Storage Area Network* (SAN), sob exigência de RPO de 15 minutos e RTO de 1 hora, inclusive em caso de indisponibilidade total do site primário, e que necessita integrar *backups* consistentes com as rotinas corporativas já existentes, assegurando capacidade de recuperação em *site* geograficamente distinto. Nesse cenário, a estratégia tecnicamente adequada é a

(A) realização de *backup full* semanal com cópias incrementais diárias em nível de *hipervisor*, com suporte à consistência de aplicação via integração com o banco de dados.

(B) execução de exportação lógica diária do banco de dados combinada com *backup* diferencial em nível de sistema operacional.

(C) utilização de *backup* incremental sintético diário com retenção estendida, associado à coleta contínua de *logs* de transação do banco de dados para recuperação do tipo "ponto no tempo" no próprio *site*.

(D) adoção de *backup* contínuo baseado em replicação assíncrona de máquina virtual para *site* secundário, integrado a *logs* transacionais do banco de dados para recuperação ponto no tempo.

(E) implementação de *snapshots* periódicos no *storage* da SAN, mantidos como mecanismo primário de recuperação para atendimento ao RPO definido.

40. Durante atendimento técnico, um analista de suporte recebeu chamados recorrentes de usuários que relatavam dificuldades no acesso ao correio eletrônico utilizando um navegador, lentidão em aplicações internas hospedadas na intranet e falhas intermitentes no envio de anexos por meio de interface *web*. Os usuários utilizavam redes distintas e navegadores diferentes. A análise inicial não identificou indisponibilidade geral dos serviços. No contexto de suporte e orientação ao usuário no uso de correio eletrônico, internet/intranet e aplicações baseadas em interface *web*, a providência técnica apropriada corresponde

(A) ao bloqueio temporário do acesso externo à intranet seguido de atualização geral do sistema operacional das estações de trabalho envolvidas.

(B) à substituição da interface *web* por cliente local dedicado associada à migração imediata dos serviços para ambiente isolado da rede interna.

(C) à padronização do navegador utilizado pelos usuários combinada à reinstalação automática dos aplicativos de acesso *web* nas estações afetadas.

(D) à verificação de conectividade, análise de resolução DNS, teste de acesso HTTP/HTTPS, orientação sobre limpeza de cache e validação de configurações do navegador.

(E) à ampliação da capacidade do servidor de aplicações associada à redefinição global das permissões de acesso às contas de correio eletrônico.

41. Um analista mantém um servidor próprio de correio eletrônico para gerenciar comunicações com clientes e parceiros. O ambiente utiliza o Microsoft Exchange com um servidor externo baseado em Postfix. Após perceber atrasos na entrega de mensagens e acúmulo crescente na fila de envio, o responsável técnico decidiu revisar as configurações administrativas. Diante das práticas recomendadas de administração de servidores de e-mail, a conduta adequada consiste em

(A) configurar o protocolo POP3 como mecanismo principal de comunicação entre servidores e redefinir permissões de acesso às caixas postais.

(B) substituir o protocolo SMTP por solução proprietária, priorizar autenticação local e verificar os registros e eventos críticos do sistema operacional.

(C) reinstalar por completo o serviço de transporte, recriar as contas de usuário e restaurar totalmente as bases de dados destinada às caixas postais.

(D) revisar os conectores de envio e recebimento, monitorar filas de transporte, ajustar limites de tamanho de mensagens e analisar *logs* de rastreamento.

(E) concentrar o serviço SMTP em uma única interface de rede, ampliar o tempo de retenção das mensagens na fila e desativar mecanismos de balanceamento de carga.

42. Um administrador de sistemas identificou a degradação de desempenho no servidor de correio eletrônico durante períodos de tráfego elevado. A análise técnica revelou múltiplas conexões SMTP iniciadas a partir de diferentes endereços IP distribuídos globalmente, muitas das quais encerram a sessão antes da conclusão da transação. Também foram detectadas tentativas de uso de domínios com grafia semelhante a domínios legítimos. O ambiente já realiza filtragem de conteúdo após o recebimento das mensagens. No contexto da mitigação preventiva de *spam* e abuso de sessão SMTP, a medida adequada consiste na

(A) delegação do bloqueio de tráfego ao *firewall* perimetral associada à manutenção do servidor SMTP configurado para aceitação irrestrita de conexões externas.

(B) implementação de controles na abertura da sessão SMTP, incluindo limitação de taxa por endereço IP, verificação de reputação e validação de identidade de domínio.

(C) ampliação da capacidade computacional do servidor combinada ao fortalecimento da análise semântica aplicada ao conteúdo das mensagens após sua recepção integral.

(D) configuração de elevação do limite de sessões simultâneas associada ao aumento do tempo de permanência das conexões SMTP para absorção dos picos recorrentes de tráfego.

(E) adoção de quarentena automática abrangente para as mensagens recebidas com posterior encaminhamento para avaliação realizada por parte dos usuários destinatários.

43. Após uma interrupção que afetou serviços digitais de uma organização, foi identificado que existiam *backups* regulares, porém não havia plano formal documentado para restabelecimento dos serviços críticos. À luz das boas práticas de continuidade de negócios e recuperação de desastres alinhadas à política de segurança da informação, a ação organizacional coerente corresponde a

(A) priorizar a aquisição de novos equipamentos de infraestrutura para reduzir a probabilidade de interrupções futuras, mantendo os procedimentos atuais.

(B) substituir a política de segurança da informação por um conjunto de instruções operacionais voltadas à restauração de dados críticos.

(C) manter a rotina de *backups* periódicos, pois a existência das cópias garante automaticamente a continuidade das operações em caso de incidente.

(D) delegar a responsabilidade de recuperação à equipe técnica, mantendo procedimentos operacionais ajustados conforme cada ocorrência.

(E) estruturar, documentar e integrar formalmente um plano de continuidade de negócios e recuperação de desastres à política de segurança da informação.

44. Após um incidente que resultou em indisponibilidade de um sistema corporativo, a diretoria solicitou que o analista responsável pela infraestrutura elaborasse uma estratégia integrada de *backup* e recuperação de desastres. O ambiente inclui banco de dados transacional com alta taxa de atualização, servidor de arquivos compartilhados e aplicações *web* internas. No contexto de Backup, Continuidade de Negócios e Recuperação de Desastres, a estratégia adequada consiste na

(A) combinação de *backups* completos semanais e *backups* diferenciais diários, complementados por *snapshots* do banco de dados e armazenamento das cópias em local distinto.

(B) execução de cópia integral anual dos sistemas com arquivamento *off-line* permanente e prioridade na retenção histórica das informações armazenadas.

(C) definição de *backups* completos semanais combinados com *backups* incrementais diários, mantidos em armazenamento local com restauração executada conforme a necessidade.

(D) realização de *backups* completos diários para os sistemas com retenção mensal em disco interno e execução periódica de restaurações para validação básica.

(E) adoção de *snapshots* periódicos no nível de armazenamento para os servidores, mantendo as cópias no mesmo ambiente físico de produção.

45. Posteriormente à implementação de uma nova política de *backup*, a equipe de infraestrutura realizou um teste de restauração de um sistema composto por banco de dados transacional e aplicação *web* integrada. O procedimento revelou que a recuperação completa levou 5 horas para ser concluída e que os dados restaurados apresentavam perda correspondente às últimas 3 horas de operação. O plano formal da organização estabelece RTO máximo de quatro horas e RPO máximo de uma hora para esse sistema. No que diz respeito a restauração de serviços e dados, testes de recuperação e gestão de RTO e RPO, a análise técnica adequada indica que

(A) tanto o RTO quanto o RPO foram descumpridos, indicando necessidade de revisão da estratégia de *backup* e dos procedimentos de restauração documentados.

(B) os indicadores de continuidade são aplicáveis a testes espontâneos, sendo avaliados em incidentes reais de indisponibilidade.

(C) o objetivo de continuidade foi atendido, pois a restauração ocorreu dentro de uma janela operacional aceitável e a perda de dados manteve integridade estrutural do sistema.

(D) o RTO foi descumprido e o RPO foi atendido, exigindo o ajuste na frequência de execução dos testes de restauração para melhoria do tempo de recuperação.

(E) o RTO foi atendido e o RPO foi descumprido, indicando necessidade de revisão da política de retenção de cópias completas semanais.

46. Um administrador de redes do Ministério Público está planejando a modernização da infraestrutura de conectividade da instituição para suportar o crescimento de dispositivos de Internet das Coisas (IoT). Atualmente, a rede opera predominantemente em IPv4 e a equipe técnica decidiu iniciar a implementação do IPv6.

O administrador de rede, ao estudar sobre as características tecnológicas dos protocolos IPv4 e IPv6 e os modelos de rede, concluiu corretamente que

(A) a camada de transporte no modelo OSI gerencia o roteamento de pacotes entre diferentes redes utilizando endereços físicos MAC.

(B) o IPv6 requer o uso de servidores DHCP para a configuração de endereços de rede em dispositivos móveis.

(C) o endereçamento IPv4 de 128 bits permite a criação de sub-redes hierárquicas mais complexas do que as suportadas pelo padrão hexadecimal do IPv6.

(D) o IPv6 melhora a performance de rede ao eliminar a sobrecarga do NAT e implementar a configuração automática de endereços (SLAAC).

(E) o modelo TCP/IP possui sete camadas abstratas, sendo a camada de Internet responsável pela segmentação dos pacotes TCP e UDP.

47. Um administrador de sistemas precisa aplicar uma política de segurança em 50 estações de trabalho Ubuntu 22.04. A política determina que todo novo usuário criado localmente através do comando padrão do sistema (`adduser`) deve ter, obrigatoriamente, seu diretório *home* criado com permissões `750 (drwxr-x---)`. Para garantir que essa configuração seja aplicada de forma definitiva e automática para todos os novos usuários, o administrador deve:

(A) alterar as permissões do diretório `/etc/skel` para `750` usando o comando `chmod`.

(B) executar o comando `echo useradd -m -p 750 > /etc/shadow`.

(C) executar `sudo chmod 750 /home/*` após a criação de cada usuário.

(D) editar o arquivo `/etc/adduser.conf` e alterar a variável `DIR_MODE` para `0750`.

(E) adicionar a linha `UMASK 027` ao final do arquivo `/etc/profile`.

48. O administrador de redes de uma unidade de grande porte do Ministério Público está enfrentando problemas de latência e gargalos de desempenho na comunicação entre as redes virtuais (VLANs) dos departamentos jurídico e administrativo. Atualmente, a infraestrutura utiliza o método no qual um único roteador processa todo o tráfego entre as VLANs através de um *link* tronco. Para modernizar o ambiente, aumentando o desempenho e escalabilidade, o administrador decidiu utilizar

(A) portas de acesso em um *switch layer* 2 para realizar o roteamento direto entre as sub-redes lógicas sem auxílio de SVIs.

(B) a remoção da segmentação lógica por VLANs para permitir que os pacotes circulem livremente por toda a rede física, eliminando a latência do processamento do roteador.

(C) o método de *router-on-a-stick* por ser a solução mais escalável em grandes redes corporativas.

(D) roteadores tradicionais com interfaces físicas exclusivas para cada VLAN de modo a simplificar a gerência.

(E) *switches layer* 3 com interfaces virtuais (SVIs) para alcançar taxas elevadas de processamento via hardware.

49. O administrador de rede de um Ministério Público está revisando sua arquitetura de segurança para acessos sem fio e cabeados em gabinetes, visando mitigar vulnerabilidades do tipo *man-in-the-middle*. A solução proposta baseia-se no padrão IEEE 802.1x, utilizando um *framework* AAA centralizado que integra um servidor RADIUS, uma infraestrutura de chave pública (PKI) para emissão de certificados digitais e um diretório LDAP. Nesta arquitetura, o processo de autenticação mútua é garantido pelo protocolo EAP-TLS e o controle de acesso é realizado ao nível de porta, onde o tráfego de camadas superiores só é liberado após a validação bem-sucedida das credenciais do *host*.

Considerando o fluxo de comunicação e as responsabilidades dos protocolos na arquitetura descrita pelo administrador, a interação entre os componentes e as camadas do modelo OSI é:

(A) O protocolo EAP-TLS dispensa a autenticação mútua baseada em certificados, visto que a autorização é realizada por meio de filtros de endereços IP geridos pelo servidor RADIUS.

(B) O acesso à camada de rede e superiores é condicionado à autorização prévia, sendo a troca de mensagens EAP realizada na camada de enlace entre o cliente e o autenticador.

(C) O diretório LDAP atua na camada de enlace para validar a integridade física do certificado digital apresentado pelo cliente.

(D) O protocolo RADIUS utiliza o módulo EAP para converter o tráfego de camada 3 em mensagens de texto claro para o servidor LDAP.

(E) A comunicação inicial entre o *host* e o ponto de acesso ocorre na camada de aplicação, utilizando o protocolo IPSec para cifrar o túnel EAP.

50. Um administrador de infraestrutura precisa monitorar máquinas virtuais utilizando o Zabbix. Para isso, ele decide compilar o Zabbix *server* a partir do código-fonte, em vez de utilizar os pacotes pré-compilados da distribuição. Durante o processo de compilação, ele executa o *script* `./configure` sem quaisquer opções adicionais e, posteriormente, ao tentar configurar o monitoramento de VMs, percebe que as funcionalidades específicas não estão disponíveis. Após consultar a documentação oficial do Zabbix, o administrador resolveu

(A) instalar os pacotes `zabbix-vm-monitoring` e `zabbix-vmware` disponíveis nos repositórios oficiais, que contêm os módulos adicionais para virtualização.

(B) alterar o arquivo de configuração do Zabbix *server* (`zabbix_server.conf`) adicionando os parâmetros `StartVMwareCollectors=1` e `VMwareFrequency=60`, que ativam automaticamente a coleta de dados de VMs mesmo em compilações sem suporte nativo.

(C) recompilar o Zabbix *server* adicionando as opções `--enable-virtual-machine-monitoring` e `--enable-vmware` ao script `./configure`.

(D) recompilar o Zabbix *server* garantindo que as opções `--with-libcurl` e `--with-libxml2` sejam passadas ao *script* `./configure` para habilitar as dependências necessárias ao monitoramento de VMs.

(E) utilizar o agente Zabbix em modo ativo nos hipervisores, pois o monitoramento de VMs não requer suporte específico no lado do servidor.

51. Um administrador de rede solicitou a um técnico em TI a criação de um *script* para monitorar o serviço SSH em um servidor Ubuntu Server 24.04, garantindo que ele esteja sempre disponível para acesso remoto. Ele criou o seguinte *script* em Bash para ser executado periodicamente:

```
#!/bin/bash
SERVICO="ssh"
STATUS=$(systemctl is-active $SERVICO)
DATAHORA=$(date "+%Y-%m-%d %H:%M:%S")

if [ "$STATUS" = "active" ]; then
    echo "$DATAHORA - SSH OK" >> /var/log/ssh_monitor.log
else
    echo "$DATAHORA - SSH INATIVO! Reiniciando..." >> /var/log/ssh_monitor.log
    systemctl restart $SERVICO
fi
```

Antes de executar o *script*, o administrador da rede, com privilégio de superusuário, o avaliou concluindo que o

(A) comando `systemctl restart $SERVICO` deve ser alterado para `systemctl reload $SERVICO` para que o serviço seja reinicializado com sucesso.

(B) *script* contém um erro, pois o nome correto do serviço SSH no Ubuntu é `sshd`, e não ssh.

(C) comando `systemctl is-active ssh` retorna a *string* `active` quando o serviço está em execução, e a comparação no `if` está corretamente estruturada.

(D) redirecionamento `>> /var/log/ssh_monitor.log` irá sobrescrever o arquivo de *log* a cada execução, perdendo o histórico.

(E) *script* irá reiniciar o serviço SSH apenas se ele estiver com *status* `inactive`, mas não tratará casos onde o serviço está `failed` ou `activating`.

---

52. Um servidor do Ministério Público precisa revisar processos administrativos durante um deslocamento oficial em uma região com conectividade limitada à internet. O órgão utiliza o Google Workspace como ferramenta de produtividade e colaboração. Para garantir que o servidor consiga abrir, editar e criar novos documentos no Google Docs sem depender de uma conexão ativa, no computador do servidor, o administrador de rede orientou o analista de suporte a

(A) desabilitar o cache do navegador Google Chrome para forçar o armazenamento de documentos na memória RAM e tornar os documentos desejados disponíveis *off-line* antes da viagem.

(B) instalar a extensão Google Docs *off-line* no Chrome e ativar a opção *Off-line* nas configurações do Google Drive e na sequência abrir o navegador no modo de navegação privada.

(C) configurar o acesso *off-line* através do aplicativo Google Docs para dispositivos móveis e utilizar um cabo OTG para conectar o *smartphone* ao *notebook*, transmitindo a conexão de dados do celular para permitir a edição mesmo em áreas com sinal fraco.

(D) ativar o modo trabalho *off-line* nas configurações da conta Google, que permite que todos os documentos do *Drive* sejam automaticamente espelhados no armazenamento interno do dispositivo independentemente do navegador utilizado.

(E) habilitar o acesso *off-line* nas Configurações do Google Drive, instalar a extensão Google Docs *Off-line* no navegador *Chrome* ou *Edge* e tornar os documentos desejados disponíveis *off-line* antes da viagem.

---

53. O setor de infraestrutura do Ministério Público gerencia dezenas de servidores Linux distribuídos em diferentes promotorias regionais. Para garantir a conformidade das configurações de segurança e a padronização das atualizações de sistema, a equipe decidiu adotar o Ansible como ferramenta de automação. O administrador de rede, responsável pelo processo, identificou como característica na documentação do Ansible a

(A) utilização de roteiros em linguagem imperativa complexa para a execução de tarefas.

(B) necessidade de reinicialização dos serviços após cada tarefa para validar a idempotência.

(C) arquitetura baseada em conexões SSH padrão para gerenciar os sistemas de forma segura.

(D) exigência de agentes proprietários instalados nos servidores para o monitoramento.

(E) dependência de banco de dados relacional central para armazenar o estado dos nós.

54. O setor de infraestrutura do Ministério Público utiliza o Nagios XI Enterprise Edition para monitorar todos os servidores das promotorias regionais. A equipe precisa automatizar a geração e o envio semanal de relatórios de disponibilidade dos serviços críticos para a chefia, que analisa esses dados periodicamente para tomada de decisões.

Considerando os recursos nativos do Nagios XI Enterprise Edition, a ação correta para automatizar essa rotina é:

(A) Exportar manualmente os relatórios pela interface *web* e configurar regra no cliente de *e-mail* para anexar automaticamente os arquivos.

(B) Utilizar o recurso de relatórios agendados (*Scheduled Reports*) do Nagios XI, configurando periodicidade semanal, tipo de relatório (*Availability Report*) e destinatários de *e-mail*.

(C) Habilitar o módulo de relatórios por SNMP para disparar a geração de relatórios sempre que ocorrer uma indisponibilidade.

(D) Desenvolver um *script* em Shell que acesse diretamente o banco de dados do Nagios para extrair os dados e gerar relatórios em PDF.

(E) Criar um *plugin* personalizado em Python que colete dados da API do Nagios e gere relatórios em CSV armazenados em diretório compartilhado.

---

55. Um Ministério Público (MP) decidiu manter seus bancos de dados processuais em servidores locais (*on-premise*) por questões de soberania, enquanto migrou as ferramentas de colaboração e atendimento ao público para uma nuvem pública. Durante uma auditoria, identificou-se a necessidade de padronizar a segurança e a visibilidade operacional entre esses dois mundos. A equipe de redes deve implementar uma arquitetura que unifique a gestão de identidades e o rastreio de eventos.

O administrador da rede do Ministério, tendo em vista as boas práticas para ambientes híbridos, verificou que o conjunto de medidas que garante corretamente a integridade do acesso e a conformidade técnica entre a estrutura local do MP e a nuvem é

(A) estabelecer monitoramento focado na disponibilidade do *link* de internet, segmentar o acesso por endereçamento IP estático e delegar a auditoria de acesso aos administradores de banco de dados locais.

(B) adotar protocolos de tunelamento simples para a conexão híbrida, centralizar o controle de acesso em diretórios locais em configuração *catch-ping* e o tráfego de saída para o portal de transparência.

(C) aplicar segmentação b-tree de rede via VLANs locais, delegar o controle de acesso ao provedor de nuvem de forma isolada e habilitar *logs* de depuração nos servidores de aplicação do portal público.

(D) implementar identidade federada para controle de acesso único, segmentar o tráfego via VPC/VLAN, centralizar registros de auditoria e utilizar ferramentas de monitoramento que cubram todo o ecossistema.

(E) priorizar a segmentação física dos ativos locais, utilizar senhas complexas para cada serviço de nuvem de forma independente e manter registros de *logs* em mídias *off-line* para evitar ataques de *ransomware*.

---

56. Um Ministério Público possui um *datacenter* local robusto que atende aos sistemas críticos de investigação. Contudo, para o novo portal de serviços ao cidadão e o sistema de vídeo-audiências, a equipe de infraestrutura identificou a necessidade de maior elasticidade e redução de latência externa. A solução deve garantir que os dados sensíveis dos processos não saiam do controle direto da instituição, enquanto a interface de acesso público possa escalar automaticamente durante períodos de grande demanda.

Considerando as necessidades de conformidade e escalabilidade do Ministério, a estratégia de computação em nuvem que atende integralmente aos requisitos de segurança para dados sensíveis e eficiência para serviços públicos é

(A) estabelecer uma Nuvem Comunitária entre os órgãos do Judiciário estadual, utilizando servidores compartilhados em nuvem pública para unificar o tráfego de dados sensíveis e reduzir os custos de manutenção.

(B) configurar Nuvem Híbrida onde a Nuvem Pública atue como ambiente principal de processamento de dados sob sigilo, deixando a Nuvem Privada local dedicada ao tráfego de rede dos portais de transparência.

(C) implementar Nuvem Híbrida, mantendo o armazenamento de dados processuais em Nuvem Privada interna e provisionando os serviços de *front-end* e *streaming* em Nuvem Pública para absorver picos de acesso.

(D) adotar Nuvem Pública, utilizando zonas de disponibilidade distintas para garantir a soberania dos dados e a elasticidade necessária para o atendimento das demandas externas do órgão.

(E) consolidar a infraestrutura em Nuvem Privada, expandindo o *datacenter* local com virtualização avançada para que a escalabilidade dos portais públicos ocorra sem a dependência de conectividade externa.

57. Um órgão público passou por uma expansão acelerada de suas unidades no interior, resultando em ambientes de rede heterogêneos. Durante uma tentativa de restauração após uma falha de conectividade, a equipe de infraestrutura percebeu que os diagramas de rede estavam desatualizados e que os Procedimentos Operacionais Padrão (POPs) não refletiam as novas configurações de segurança. Para corrigir isso, a diretoria de TI iniciou um projeto de governança por meio de uma gestão documental que assegure ao órgão a manutenção da integridade da informação e a continuidade operacional dos serviços de rede, que adote

(A) uma visão estruturada do registro histórico de mudanças via *logs* de sistema, substituindo a manutenção de diagramas e normas técnicas por ferramentas de monitoramento em tempo real.

(B) o versionamento centralizado da documentação, revisando periodicamente as políticas e normas internas para refletir as mudanças reais da infraestrutura.

(C) a elaboração de normas internas simplificadas, cujo versionamento atente aos contratos de licenciamento de *software* e cuja topologia física, por questões de sigilo, seja mantida em documentação à parte.

(D) a criação de diagramas de imagem armazenados em diretórios locais de livre acesso para agilizar a consulta técnica durante incidentes críticos.

(E) a atualização dos procedimentos operacionais com apoio dos fornecedores de serviços, utilizando as políticas internas originais como base centralizada e consolidada para a gestão de rede.

58. A Diretoria de Tecnologia de um Ministério Público identificou que os incidentes de rede estão sendo resolvidos, mas as causas raiz raramente são atacadas, gerando retrabalho. Além disso, as mudanças na infraestrutura de segurança frequentemente causam indisponibilidade por falta de alinhamento entre as equipes. O objetivo é adotar os fundamentos da ITIL v4 para integrar as práticas e focar no pilar dessa biblioteca, garantindo que a TI suporte as metas finalísticas do órgão. Para isso, recomenda-se

(A) adotar o Sistema de Valor de Serviço (SVS) para integrar práticas, utilizar as dimensões da gestão de serviços para equilibrar recursos e seguir os princípios orientadores, como o foco no valor e o pensamento holístico.

(B) centralizar a governança de TI em uma base de dados de gerenciamento de configuração (*Configuration Management Database* – CMDB) e delegar a entrega de valor aos parceiros externos de nuvem pública sob regime de contrato.

(C) estabelecer silos técnicos de especialidade para acelerar as entregas de infraestrutura, focando no gerenciamento de ativos de rede e na automação de processos de suporte paralelo de nível 3.

(D) focar no Gerenciamento de Incidentes como prática central, priorizando o cumprimento estrito de SLAs técnicos de disponibilidade de *links*, mantendo o impacto imperceptível pelos promotores e servidores.

(E) implementar o Ciclo de Vida do Serviço com foco primário na fase de Operação, assegurando que o gerenciamento de mudanças tenha seu foco nas aprovações feitas pela diretoria técnica e nas configurações recomendadas pela auditoria operacional para mitigar riscos.

59. A Diretoria de TI de um Ministério Público iniciou um projeto para implementar Wi-Fi 6 e SD-WAN em todas as promotorias do interior. O cenário é de incerteza técnica devido à infraestrutura variada das comarcas. Para garantir o sucesso do projeto, em vez de seguir um plano rígido de longo prazo que poderia se tornar obsoleto rapidamente, a gestão decidiu aplicar o PMBOK 7ª Edição, priorizando a entrega de valor contínuo e a capacidade de resposta a mudanças, devendo, portanto,

(A) centralizar as decisões técnicas na figura do gerente de projeto para agilizar a resolução de conflitos, utilizando métricas de desempenho orientadas ao consumo de recursos de rede.

(B) adotar a matriz de risco *pain-to-gain* no estabelecimento da arquitetura de rede para assegurar a conformidade com a proposta original decorrente das prioridades estratégicas.

(C) focar na gestão do cronograma, dos custos iniciais e da entrega contínua de valor, mitigando desvios do escopo técnico definido na fase de execução para garantir a previsibilidade total da entrega.

(D) priorizar a execução de processos sequenciais de planejamento e controle, delegando a responsabilidade pela entrega de valor à equipe de operação após o encerramento.

(E) aplicar os domínios de desempenho com foco na entrega de valor, adaptando a abordagem de desenvolvimento ao contexto e mantendo o pensamento sistêmico perante as incertezas.

60. A equipe de infraestrutura de um Ministério Público planeja a substituição dos *switches* de *core* da sede administrativa por novos modelos com maior capacidade de *throughput*. Dada a criticidade do ambiente, que hospeda bancos de dados criminais e sistemas de comunicação ministerial, a diretoria exige que a transição siga rigorosamente os processos de gestão de mudanças para mitigar qualquer possibilidade de indisponibilidade prolongada ou perda de pacotes em serviços essenciais. Nesse cenário, o fluxo técnico que deve ser aplicado aos processos de gestão de mudanças na infraestrutura de redes do Ministério Público, assegurando a integridade dos serviços, é

(A) conduzir a homologação em ambiente isolado, realizar a implantação direta utilizando o plano básico de eventos adversos para otimizar o tempo de janela e validar a análise de risco através de relatórios de monitoramento legados.

(B) executar a análise de risco detalhada, elaborar o planejamento com plano de *rollback*, realizar a homologação em ambiente de teste e proceder com a implantação monitorada conforme a janela aprovada.

(C) realizar o planejamento da topologia, executar a implantação imediata em horário de baixo tráfego e conduzir a análise de risco e a homologação técnica quando forem detectadas falhas críticas pós-migração.

(D) priorizar a implantação célere dos equipamentos, exigir a análise de risco dos fornecedores do *hardware* e realizar o planejamento de *rollback* baseado nos *logs* de auditoria do sistema anterior.

(E) elaborar o planejamento da janela de manutenção, efetuar a homologação em ambiente de produção para garantir fidelidade técnica e documentar a análise de risco após a conclusão da instalação.